

Resumo do Demonstrativo de Investimentos - 1º Semestre 2018 - Plano Único CNPB 1981.0005-18

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Segmento	Junho 2018		Junho 2017	
Renda Fixa	390.821.148,78	83,95%	388.370.227,55	86,48%
Título Público Federal	311.214.699,80	66,85%	300.976.178,12	67,02%
Títulos Privados	46.746.479,79	10,04%	43.157.001,85	9,61%
Fundos de Renda Fixa	32.859.969,19	7,06%	44.237.047,58	9,85%
Renda Variável	1.392.877,91	0,30%	6.331.134,75	1,41%
Fundos de Ações	1.392.877,91	0,30%	6.331.134,75	1,41%
Estruturado	36.371.773,79	7,81%	17.921.256,87	3,99%
Fundos de Participações	10.365.965,41	2,23%	7.748.291,52	1,73%
Fundos Multimercados	26.005.808,38	5,59%	10.172.965,35	2,27%
Imobiliário	30.415.742,82	6,53%	31.012.647,41	6,91%
Imóveis	30.415.742,82	6,53%	31.012.647,41	6,91%
Operações com Participantes	6.540.755,82	1,40%	5.477.175,51	1,22%
Empréstimos	6.540.755,82	1,40%	5.477.175,51	1,22%
Total dos Investimentos	465.542.299,12	100,00%	449.112.442,09	100,00%

TABELA COMPARATIVA DE ALOCAÇÃO

Segmento	Limites da Resolução CMN 4.661/18	Alocação DERMINAS
Renda Fixa	100,00%	83,95%
Renda Variável	70,00%	0,30%
Estruturado	20,00%	7,81%
Exterior	10,00%	0,00%
Imobiliário*	20,00%	6,53%
Operações com Participantes	15,00%	1,40%

LIMITE LEGAL x ALOCAÇÃO DERMINAS

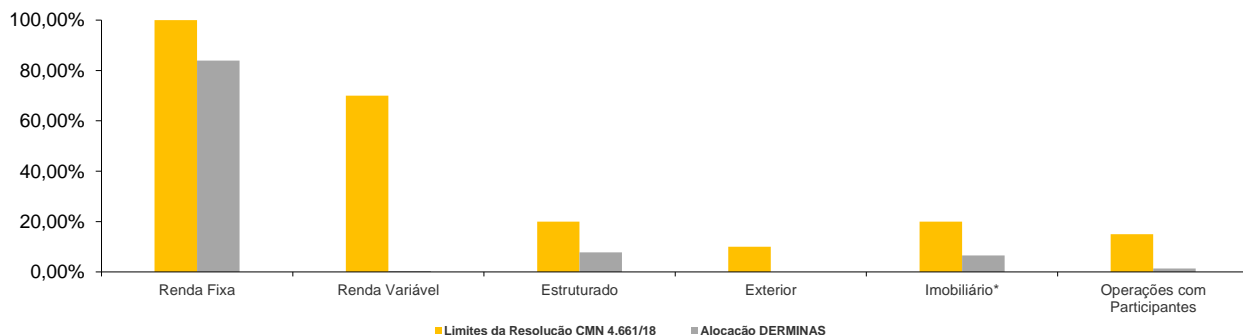


TABELA COMPARATIVA DE RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTO	BENCHMARK	DERMINAS
Renda Fixa	INPC + 4,5% a.a.	4,86%
Renda Variável	IBrX + 2% a.a.	(4,30%)
Estruturado	25% (INPC + 4,5%) + 75% (120% CDI)	4,07%
Imobiliário	INPC + 4,5% a.a.	4,86%
Operações com Participantes	INPC + 4,5% a.a.	4,86%
Rentabilidade Consolidada	INPC + 4,5% a.a.	4,86%
Rentabilidade Líquida		3,81%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Fundo de Investimento em Renda Fixa	Rentabilidade	Índice de Referência (CDI)
4.619.473,73	3,12%	3,18%

COMPLIANCE GERENCIAL

Liquidez (Alocação)	Curto prazo	40,64%
	Longo prazo	59,36%
Crédito (Alocação)	Grau de investimento	12,17%
	Grau especulativo	0,37%
Mercado (VaR consolidado)	Plano de Benefícios	0,35%
Derivativos	Títulos com margem de garantia	0,04%
	Despesa com compra de opções	0,00%

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017
Carteira de Investimentos	726.740,28	538.125,52
Gestão Própria	592.965,83	401.594,83
Taxa de Administração da Carteira de Imóveis	24.752,18	31.127,47
Taxa de Custódia	79.544,01	71.968,96
Análise de Riscos	17.348,40	18.562,03
Taxa de Processamento de Consignação pela Seplag	12.129,86	14.872,23
Despesas com Pessoal	1.144.188,78	870.008,86
Diretoria Executiva	397.850,13	358.196,06
Conselhos Deliberativo e Fiscal	42.718,87	9.604,25
Pessoal Próprio	703.619,78	502.208,55
Despesas com Prestadores de Serviços	103.132,60	92.549,67
Consultoria Atuarial	33.460,64	32.984,44
Auditoria Externa	24.041,84	23.523,78
Assessoria Jurídica	29.430,12	23.825,56
Controles Internos	16.200,00	12.215,89
Outras Despesas	442.318,35	480.502,04
Taxa de Fiscalização (TAFIC)	24.000,00	24.000,00
PIS/COFINS	119.522,42	109.080,28
Treinamentos e Congressos	28.930,00	14.424,55
Sistema Integrado	125.726,05	146.950,38
Manutenção Equipamentos e Sistemas de Informática	11.416,71	15.149,13
Tarifas Bancárias	2.266,19	7.130,52
Serviços de Correios	15.583,46	41.335,98
Aluguel Imóvel Uso Próprio	60.000,00	70.800,00
Condomínio	33.900,00	32.040,00
Conservação e Limpeza	20.973,52	19.591,20

GESTÃO TERCEIRIZADA

Fundo de Investimento	Valor Investido	% dos RGPB	Taxa Administração	Taxa Performance
Bahia AM Marau FIC de FIM	4.019.757,50	0,86%	2% a.a.	20% do que exceder o CDI
BB Institucional FI RF	10.262.349,68	2,20%	0,2% a.a.	-
Brasil Energia Renovável FIP	3.875.457,12	0,83%	0,08% a.a.	20% do que exceder IPCA + 8% a.a.
BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP	1.480.574,40	0,32%	2% a.a.	20% do que exceder IPCA + 8% a.a.
Canvas Enduro II FIC FIM	2.938.187,42	0,63%	1,95% a.a.	20% do que exceder o CDI
Lacan Florestal FIP Multiestratégia	4.503.832,91	0,97%	1% a.a.	20% do que exceder IPCA + 10% a.a.
Lacan Florestal II FIP Multiestratégia	506.100,98	0,11%	1,5% a.a.	20% do que exceder IPCA + 8% a.a.
Institutional Active Fix IB Multimercado FI	9.528.569,03	2,05%	0,3% a.a.	-
Kinea PIPE FIA	1.366.398,62	0,29%	1,5% a.a.	20% do que exceder o IVBX-2
Kinea Chronos FIM	3.034.503,58	0,65%	2% a.a.	20% do que exceder o CDI
Safra Galileo Institucional FIC FIM	10.924.810,89	2,35%	2% a.a.	20% do que exceder o CDI
Santander FIC FI Institucional RF Referenciado DI	4.619.473,73	0,99%	0,2% a.a.	-
SPX Nimitz Estruturado FIC FIM	5.088.548,99	1,09%	2% a.a.	20% do que exceder o CDI
SulAmérica Expertise FIA	26.479,29	0,01%	0,14% a.a.	-
Vinci Crédito e Desenvolvimento I FIDC	855.395,47	0,18%	-	-
Votorantim Atuarial Crédito Multimercado FI	7.594.181,28	1,63%	0,35% a.a.	-
Total	70.624.620,89	15,17%		

INDICADORES DE DESEMPENHO DE GESTÃO

Indicador	Junho 2018	Junho 2017
Taxa de Administração do Plano de Benefícios (<i>Despesas do PGA/RGPB</i>)	0,54%	0,46%
Cumprimento da Meta Atuarial (<i>Rentabilidade Consolidada dos Investimentos/Meta Atuarial</i>)	86,21%	131,36%
Superávit Técnico do Plano de Benefícios (<i>RGPB/Provisões Matemáticas</i>)	29,00%	20,59%
Número de Participantes	5.969	6.222
Número de Assistidos (<i>Pensionistas</i>)	3.834	3.819

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

Nome	Telefone	E-mail
Antônio José Nogueira	(31) 2105-8500	antonionogueira@derminas.org.br

Valores expressos em Reais.

Descrição do Resumo do Demonstrativo dos Investimentos

O quadro **Composição dos Investimentos** contém o resumo da alocação dos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios (RGPB) nos diversos segmentos. No segmento de Renda Fixa, estão listadas as aplicações em títulos públicos e privados e fundos de investimentos. O de Renda Variável é composto por fundos de ações. O segmento Estruturado refere-se a investimentos em fundos multimercados e de participações em projetos de infraestrutura, por exemplo. No segmento Imobiliário*, a Derminas obtém retorno com aluguel a terceiros e valorização dos imóveis. As Operações com Participantes representam os empréstimos consignados em folha de pagamento, concedidos aos participantes e assistidos do Plano.

A **Tabela Comparativa de Alocação** mostra os limites máximos admissíveis pela legislação, relativamente ao percentual aplicado por classes de ativos. Permite verificar possíveis desenquadramentos, que podem ocorrer de forma passiva, provocados pela volatilidade dos investimentos no mercado financeiro.

O **Limite Legal x Alocação Derminas** apresenta, graficamente, os limites da legislação pertinente e a composição dos investimentos da Entidade.

Na **Tabela Comparativa de Rentabilidade** pode ser verificada a performance de cada um dos segmentos em comparação com o respectivo *benchmark* (medida de referência relativa à rentabilidade e ao risco), a rentabilidade consolidada *versus* a meta atuarial (INPC + 4,5% a.a.) que representa o parâmetro considerado para o retorno dos investimentos e, ainda, a rentabilidade líquida que exclui o custeio administrativo dos investimentos.

O **Compliance Gerencial** tem o objetivo de verificar a aderência dos investimentos do plano às diretrizes de aplicações estabelecidas na política de investimento e na legislação vigente. O risco de mercado está relacionado à volatilidade do mercado financeiro e o de crédito com a qualidade dos ativos avaliados pelas agências classificadoras de risco.

O **Plano de Gestão Administrativa** (PGA) tem a finalidade de registrar as atividades pertinentes à gestão da Entidade, na forma do seu Regulamento. Os recursos do PGA são utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas administrativas do Plano de Benefícios e eventual sobra é destinada ao Fundo Administrativo (contábil). A alocação desses recursos, no segmento de renda fixa, tem por objetivo maximizar o retorno do Fundo Administrativo, em conformidade com a sua Política de Investimentos.

Na tabela **Despesas Administrativas** estão informados os principais gastos com a gestão da entidade.

Na tabela de **Gestão Terceirizada** estão relacionados os fundos de investimentos com respectivos valores investidos, percentuais de alocação e, ainda, as taxas de administração e de performance.

Os **Indicadores de Desempenho de Gestão** apresentam informações relevantes para avaliação do nível de gestão da entidade.

O **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado** (AETQ) é o dirigente responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos administrados pela Derminas, bem como pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

O Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da edição da Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, realizou uma série de modificações nas regras de investimentos para as EFPC, com maior destaque para os aspectos de controles internos, processo decisório, governança e compartilhamento de responsabilidade entre dirigentes e assessores.

Além disso, a nova Resolução aborda questões ligadas à seleção de prestadores de serviços, análise de riscos e incentiva a observância de princípios de sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança de investimentos.

Entre as alterações implementadas, foram modificados alguns limites; a classe de imóveis cedeu lugar ao segmento imobiliário, o qual não permite investimento direto em imóveis; foram criados requisitos adicionais para os investimentos em FIP e, finalmente, buscou-se maior compatibilidade da norma com a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, o que é muito positivo para o mercado.

No que se refere ao segmento imobiliário, os motivos de tais ajustes envolvem questões relacionadas a precificação, melhoria do potencial de liquidez, ganhos de eficiência com a gestão especializada de Fundo de Investimento Imobiliário (FII) e tratamento harmônico com outros tipos de investimento.

Em conformidade com a duração média do passivo dos planos de benefícios da modalidade Benefício Definido (BD), que mais aplicam no segmento imobiliário, foi aprovado o prazo de doze anos para o desinvestimento em imóveis físicos, ou para a constituição de FII para abrigar o estoque atualmente em carteira.*

Os dispositivos da Resolução apontam para a simplificação regulatória e para o alinhamento às demais normas do mercado. Os detalhes operacionais e eventuais esclarecimentos adicionais serão tratados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).